

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

Sequência	COD (Sec. Fazenda)	MUNICÍPIO	TOTAL REPASSADO EM 2019 (EM R\$)	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO (IPM) ¹	ÍNDICE DE ÁREAS PROTEGIDAS ²	% DO ÍNDICE ÁREAS PROTEGIDAS NO IPM
1	154	ÁGUAS DA PRATA	82.571,15	0,01438063	0,055028	1,91
2	607	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	446.629,69	0,02224532	0,297648	6,69
3	156	AGUDOS	131.153,81	0,23590471	0,087405	0,19
4	733	ALUMÍNIO	120.393,51	0,09727134	0,080234	0,41
5	164	ALVINLÂNDIA	171.411,52	0,00749757	0,114234	7,62
6	168	AMPARO	583.589,04	0,24763803	0,388922	0,79
7	169	ANALÂNDIA	389.449,00	0,02680132	0,259541	4,84
8	170	ANDRADINA	130.429,05	0,15606255	0,086922	0,28
9	171	ANGATUBA	163.460,21	0,08243978	0,108935	0,66
10	172	ANHEMBI	84.682,40	0,03503136	0,056435	0,81
11	176	APIÁÍ	1.029.255,39	0,04151055	0,685928	8,26
12	188	ARUJÁ	146.378,18	0,21761653	0,097551	0,22
13	189	ASSIS	339.299,79	0,13249540	0,226120	0,85
14	190	ATIBAIA	782.121,14	0,30507587	0,521230	0,85
15	192	AVAÍ	689.850,56	0,02272668	0,459738	10,11
16	194	AVARÉ	444.368,39	0,14854175	0,296141	1,00
17	196	BALBINOS	322.628,91	0,00872713	0,215010	12,32
18	198	BANANAL	190.486,25	0,01720045	0,126946	3,69
19	199	BARÃO DE ANTONINA	251.167,68	0,01085369	0,167386	7,71
20	202	BARRA BONITA	138.287,32	0,10354996	0,092159	0,44
21	203	BARRA DO TURVO	5.436.623,46	0,03191762	3,623136	56,76
22	206	BARUERI	340.947,38	2,02978283	0,227218	0,06
23	209	BAURU	760.303,43	0,56647499	0,506690	0,45
24	738	BERTIOGA	3.391.551,42	0,07900632	2,260236	14,30
25	215	BIRITIBA-MIRIM	962.945,48	0,03141298	0,641737	10,21
26	218	BOFETE	582.690,22	0,02745548	0,388323	7,07
27	220	BOM JESUS DOS PERDÕES	765.978,44	0,04688744	0,510472	5,44
28	224	BOTUCATU	513.847,42	0,25435789	0,342444	0,67
29	225	BRAGANÇA PAULISTA	730.609,45	0,29728904	0,486901	0,82

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

30	228	BROTAS	542.650,09	0,07648365	0,361639	2,36
31	233	CABREÚVA	495.198,84	0,30914162	0,330016	0,53
32	239	CAIEIRAS	189.476,40	0,20175423	0,126273	0,31
33	241	CAJAMAR	415.256,61	0,53370433	0,276740	0,26
34	740	CAJATI	1.687.828,91	0,09163109	1,124822	6,14
35	244	CAMPINAS	448.461,83	2,67182406	0,298869	0,06
36	245	CAMPO LIMPO PAULISTA	155.189,29	0,10822979	0,103423	0,48
37	246	CAMPOS DO JORDÃO	1.399.458,59	0,06435646	0,932643	7,25
38	248	CANANÉIA	4.878.186,30	0,02762480	3,250976	58,84
39	251	CAPÃO BONITO	2.340.996,01	0,09002708	1,560113	8,66
40	254	CARAGUATATUBA	3.305.958,20	0,46378594	2,203194	2,38
41	255	CARAPICUÍBA	292.910,92	0,27725937	0,195205	0,35
42	259	CASTILHO	68.944,84	0,13491502	0,045947	0,17
43	266	CHARQUEADA	128.122,74	0,02312243	0,085385	1,85
44	274	CORONEL MACEDO	257.405,38	0,01769646	0,171543	4,85
45	275	CORUMBATAÍ	387.813,42	0,01956139	0,258451	6,61
46	278	COTIA	557.305,76	0,69740064	0,371406	0,27
47	283	CUBATÃO	1.257.570,00	1,13222037	0,838084	0,37
48	284	CUNHA	1.011.253,53	0,03747216	0,673931	8,99
49	289	DOIS CÓRREGOS	387.955,97	0,05531210	0,258546	2,34
50	292	DRACENA	310.671,19	0,06145060	0,207041	1,68
51	293	DUARTINA	166.789,89	0,01914962	0,111154	2,90
52	296	ELDORADO	4.536.928,31	0,03367198	3,023551	44,90
53	302	FARTURA	966.510,74	0,03892854	0,644113	8,27
54	312	FRANCO DA ROCHA	482.843,47	0,16614350	0,321782	0,97
55	314	GÁLIA	406.173,90	0,01814088	0,270687	7,46
56	324	GUAPIARA	133.556,15	0,02514187	0,089006	1,77
57	326	GUARAÇAÍ	348.445,52	0,03036145	0,232215	3,82
58	333	GUAREÍ	369.554,98	0,03207962	0,246283	3,84
59	335	GUARUJÁ	152.903,98	0,38923620	0,101900	0,13

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

60	336	GUARULHOS	1.548.099,57	3,46135721	1,031702	0,15
61	747	HOLAMBRA	61.695,78	0,05950267	0,041116	0,35
62	344	IBITINGA	890.538,91	0,10325499	0,593483	2,87
63	345	IBIÚNA	2.688.704,78	0,12342151	1,791837	7,26
64	351	IGUAPE	7.525.733,04	0,04879115	5,015384	51,40
65	767	ILHA COMPRIDA	1.316.137,18	0,01615163	0,877115	27,15
66	352	ILHABELA	3.284.700,20	0,04275019	2,189027	25,60
67	353	INDAÍATUBA	197.195,12	0,67568837	0,131417	0,10
68	359	IPEÚNA	312.399,80	0,02500386	0,208193	4,16
69	360	IPORANGA	5.070.416,16	0,02351146	3,379084	71,86
70	365	ITABERÁ	104.124,76	0,06345423	0,069392	0,55
71	369	ITANHAÉM	2.358.817,81	0,08397654	1,571990	9,36
72	372	ITAPEVA	155.459,39	0,15118816	0,103603	0,34
73	373	ITAPEVI	215.166,97	0,83885250	0,143394	0,09
74	376	ITAPORANGA	364.628,74	0,02607064	0,243000	4,66
75	379	ITAQUAQUECETUBA	247.434,36	0,33198799	0,164898	0,25
76	381	ITARIRI	842.005,78	0,01662538	0,561139	16,88
77	383	ITATINGA	710.439,33	0,04544931	0,473459	5,21
78	384	ITIRAPINA	842.593,99	0,04444527	0,561531	6,32
79	387	ITU	202.403,46	0,41353894	0,134888	0,16
80	388	ITUPEVA	124.676,02	0,30415320	0,083088	0,14
81	394	JACUPIRANGA	1.048.478,68	0,02713111	0,698739	12,88
82	395	JAGUARIÚNA	291.644,47	0,56727033	0,194361	0,17
83	400	JARINU	135.545,86	0,08655552	0,090332	0,52
84	403	JOANÓPOLIS	596.187,49	0,01913159	0,397318	10,38
85	788	JUMIRIM	273.815,17	0,01151475	0,182479	7,92
86	407	JUNDIAÍ	869.786,59	1,91850680	0,579653	0,15
87	408	JUNQUEIRÓPOLIS	243.199,86	0,05919489	0,162076	1,37
88	409	JUQUIÁ	2.139.690,94	0,02654373	1,425957	26,86
89	410	JUQUITIBA	762.798,81	0,03113461	0,508353	8,16

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

90	424	LUÍS ANTÔNIO	1.088.202,20	0,10428036	0,725212	3,48
91	432	MAIRINQUE	192.445,95	0,09219739	0,128252	0,70
92	433	MAIRIPORÃ	1.104.843,08	0,09452915	0,736302	3,89
93	438	MARÍLIA	209.365,92	0,39181329	0,139528	0,18
94	446	MINEIROS DO TIETÊ	316.718,32	0,02104576	0,211071	5,01
95	448	MIRACATU	3.208.489,79	0,03318453	2,138238	32,22
96	451	MIRASSOL	124.494,45	0,09001791	0,082967	0,46
97	454	MOGI DAS CRUZES	291.369,87	0,72785184	0,194178	0,13
98	455	MOGI-GUAÇU	295.256,24	0,35120718	0,196768	0,28
99	459	MONGAGUÁ	870.133,21	0,04747647	0,579884	6,11
100	460	MONTE ALEGRE DO SUL	357.582,25	0,01173986	0,238304	10,15
101	464	MONTE CASTELO	359.544,94	0,01486485	0,239612	8,06
102	468	MORUNGABA	321.803,62	0,02931580	0,214460	3,66
103	471	NATIVIDADE DA SERRA	791.590,98	0,02448898	0,527541	10,77
104	472	NAZARÉ PAULISTA	838.030,88	0,02688433	0,558490	10,39
105	480	NOVA INDEPENDÊNCIA	276.370,58	0,03204834	0,184182	2,87
106	492	OSASCO	232.487,58	1,12322810	0,154937	0,07
107	496	OURO VERDE	391.005,05	0,01771680	0,260578	7,35
108	504	PARAIBUNA	679.397,87	0,03828985	0,452772	5,91
109	506	PARANAPANEMA	134.249,40	0,06297653	0,089468	0,71
110	507	PARDINHO	309.091,13	0,02337451	0,205988	4,41
111	510	PARIQUERA-AÇU	451.594,94	0,02313640	0,300957	6,50
112	514	PAULO DE FARIA	115.306,71	0,03768304	0,076844	1,02
113	516	PEDRA BELA	397.791,94	0,01347678	0,265101	9,84
114	518	PEDREGULHO	268.884,43	0,06780237	0,179193	1,32
115	519	PEDREIRA	380.282,26	0,07533757	0,253432	1,68
116	520	PEDRO DE TOLEDO	4.325.152,54	0,02417128	2,882417	59,62
117	524	PERUÍBE	1.797.510,13	0,06015898	1,197917	9,96
118	526	PIEDADE	296.318,62	0,07114744	0,197476	1,39
119	529	PINDORAMA	194.018,50	0,02853516	0,129300	2,27

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

120	531	PINHALZINHO	419.809,22	0,01672694	0,279774	8,36
121	532	PIQUEROBI	185.861,62	0,01815618	0,123864	3,41
122	534	PIRACAIA	602.507,72	0,03325998	0,401530	6,04
123	535	PIRACICABA	234.364,74	1,15444830	0,156188	0,07
124	537	PIRAJU	186.722,92	0,05580036	0,124438	1,12
125	538	PIRAJUÍ	385.122,97	0,04823938	0,256658	2,66
126	540	PIRAPORA DO BOM JESUS	166.680,35	0,01611578	0,111081	3,45
127	542	PIRATININGA	374.890,86	0,02310820	0,249839	5,41
128	546	POÁ	74.994,98	0,13772926	0,049979	0,18
129	554	PORTO FELIZ	85.380,14	0,11821410	0,056900	0,24
130	555	PORTO FERREIRA	185.210,39	0,12867784	0,123430	0,48
131	558	PRAIA GRANDE	963.716,75	0,28322053	0,642251	1,13
132	559	PRESIDENTE ALVES	347.374,14	0,01328054	0,231501	8,72
133	563	PRESIDENTE VENCESLAU	283.975,26	0,04952006	0,189250	1,91
134	573	REGINÓPOLIS	478.442,42	0,02688674	0,318849	5,93
135	758	RIBEIRÃO GRANDE	612.145,62	0,01213080	0,407953	16,81
136	582	RIBEIRÃO PRETO	277.980,64	1,41730210	0,185255	0,07
137	587	RIO CLARO	532.878,64	0,55607069	0,355127	0,32
138	598	SALESÓPOLIS	1.343.686,90	0,02418557	0,895475	18,51
139	600	SALTO	143.069,51	0,27651035	0,095346	0,17
140	616	SANTA ISABEL	822.666,95	0,08183131	0,548251	3,35
141	618	SANTA MARIA DA SERRA	419.124,98	0,01774764	0,279318	7,87
142	621	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	274.611,95	0,04908343	0,183010	1,86
143	623	SANTANA DE PARNAÍBA	146.222,13	0,63448531	0,097447	0,08
144	626	SANTO ANDRÉ	335.371,41	1,17904397	0,223502	0,09
145	630	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	153.678,26	0,06143315	0,102416	0,83
146	629	SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	382.021,38	0,00992331	0,254591	12,83
147	633	SANTOS	1.553.079,83	0,85905317	1,035021	0,60
148	634	SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	489.546,34	0,01597923	0,326249	10,21
149	635	SÃO BERNARDO DO CAMPO	1.666.872,51	2,32481507	1,110856	0,24

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

150	637	SÃO CARLOS	261.719,40	0,46980346	0,174418	0,19
151	641	SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	38.611,63	0,00865616	0,025732	1,49
152	647	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	176.345,26	0,67963314	0,117522	0,09
153	645	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	580.862,58	2,58432272	0,387105	0,07
154	772	SÃO LOURENÇO DA SERRA	110.835,13	0,01326800	0,073864	2,78
155	648	SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA	834.411,60	0,02120223	0,556078	13,11
156	649	SÃO MANUEL	150.722,21	0,08481007	0,100446	0,59
157	650	SÃO MIGUEL ARCANJO	692.089,35	0,05218242	0,461230	4,42
158	100	SÃO PAULO	3.355.075,04	20,58295324	2,235927	0,05
159	651	SÃO PEDRO	589.912,27	0,04976880	0,393136	3,95
160	653	SÃO ROQUE	274.347,86	0,13179472	0,182834	0,69
161	654	SÃO SEBASTIÃO	2.997.735,88	0,21110977	1,997785	4,73
162	656	SÃO SIMÃO	216.978,11	0,04016500	0,144601	1,80
163	657	SÃO VICENTE	1.308.292,41	0,26755823	0,871887	1,63
164	659	SARUTAÍÁ	270.719,58	0,00853370	0,180416	10,57
165	662	SERRA NEGRA	124.288,88	0,03534384	0,082830	1,17
166	664	SERTÃOZINHO	213.987,55	0,27670237	0,142608	0,26
167	665	SETE BARRAS	3.292.933,61	0,02877224	2,194514	38,14
168	667	SILVEIRAS	600.333,45	0,01403478	0,400081	14,25
169	668	SÓCORRO	227.733,90	0,05230041	0,151769	1,45
170	672	SUZANO	201.858,77	0,59695945	0,134525	0,11
171	677	TAGUAÍ	941.645,46	0,02149212	0,627542	14,60
172	682	TAPIRAÍ	2.218.860,39	0,02068205	1,478718	35,75
173	685	TAQUARITUBA	276.480,11	0,05345000	0,184255	1,72
174	689	TEJUPÁ	300.650,65	0,01446385	0,200363	6,93
175	690	TEODORO SAMPAIO	2.861.951,44	0,06306790	1,907294	15,12
176	692	TIETÊ	612.213,15	0,10722506	0,407998	1,90
177	693	TIMBURI	1.177.639,78	0,01445409	0,784816	27,15
178	773	TORRE DE PEDRA	162.885,51	0,00562053	0,108552	9,66
179	694	TORRINHA	367.596,78	0,02359979	0,244978	5,19

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

ICMS Ecológico - Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993, art. 1º e anexo

Estimativa de valores, em reais correntes, repassados aos municípios em 2019

Fonte: SMA/CPLA

1- IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O IPM adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre a atividade econômica dos municípios em 2017.

2- Índice de áreas protegidas: Índice que compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere a Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/1993. O Índice de áreas protegidas adotado em 2019 foi apurado com base nas informações sobre as áreas protegidas existentes nos municípios em 2017.

180	764	TUIUTI	376.831,04	0,00993906	0,251132	12,63
181	701	UBATUBA	4.694.188,33	0,09381552	3,128354	16,67
182	706	URU	177.985,34	0,01125208	0,118615	5,27
183	708	VALINHOS	116.627,18	0,30360311	0,077724	0,13
184	766	VARGEM	418.509,76	0,01206105	0,278908	11,56
185	720	VARGEM GRANDE PAULISTA	245.783,78	0,09494230	0,163798	0,86
186	717	VOTORANTIM	206.039,24	0,17030009	0,137311	0,40
Total			150.052.977,79		100,000000	